Câmara dos Deputados Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Sr. Cap. Alberto Neto)

Requer do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Senhor Ricardo Lewandowski, informações sobre a fala: "a polícia prende mal".

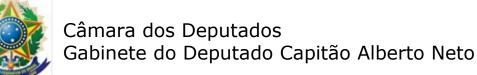
Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requeiro seja encaminhado ao Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Senhor Ricardo Lewandowski, solicitação de informações sobre a fala: "a polícia prende mal". Diante do exposto solicito resposta para os seguintes questionamentos:

- 1) Em um contexto onde o crime organizado expande seu domínio territorial para além do tráfico de drogas, controlando serviços básicos como internet e utilidades públicas, quais medidas concretas o Ministério da Justiça está implementando para enfrentar essa nova dinâmica criminal?
- 2)A proposta de PEC relacionada ao Fundo Nacional de Segurança Pública tem sido criticada por focar prioritariamente no controle da atividade policial. Como o senhor responde às críticas de que essa abordagem desvia a atenção dos problemas estruturais da segurança pública?
- 3)Considerando os altos índices de homicídios e roubos no país, qual é a estratégia do ministério para equilibrar a necessária fiscalização da atividade policial com o combate efetivo à criminalidade?
- 4)Em relação ao sistema de justiça criminal, que medidas estão sendo consideradas para lidar com a questão das audiências de custódia e a







percepção pública de que há excessiva liberação de pessoas com histórico criminal reincidente?

5)Como o ministério pretende fortalecer a capacidade do Estado em recuperar territórios que estão sob influência de grupos criminosos organizados, especialmente em áreas onde estes já estabeleceram sistemas paralelos de cobrança por serviços básicos?

Justificativa

Desde o início, a tônica desse governo na segurança pública foi de tomar a polícia como o grande problema do país. Esse processo começou já na campanha, em discursos onde Lula vitimizava ladrões de celulares e se colocava indignado contra os policiais que supostamente os agrediam.

Na sua gestão, Lewandowski tem colocado em prática esse espírito. A proposta de PEC que tenta levar adiante tem como foco exclusivamente o disciplinamento do trabalho policial por meio da chantagem econômica com os governadores, usando o Fundo Nacional de Segurança Pública como Porrete. De repente, o problema do país na segurança é reduzir a violência policial, treinar o policial em direitos humanos, colocar câmera para vigiar a lapela do mesmo.

Eu queria lembrar aqui que temos 40 mil assassinatos todos os anos. São mais de dois milhões de roubos de celular! O crime organizado está expulsando empresas de internet porque já deixou de disputar território para vender droga. A lógica agora é do domínio mesmo. O crime organizado avança porque quer cobrar internet dos brasileiros, quer cobrar água, gás, IPTU, taxa de vida, taxa de mudança. Porque é aí que mora a maior fonte de riqueza. Porque é pouca gente que usa droga. Mas todo mundo usa água, luz, gás, internet. O Estado brasileiro está perdendo território e população para grupos armados. É uma investida sem precedentes na nossa história!

Enquanto isso, o problema para Lewandowski é que a polícia prende mal. Não é que um assassino seja liberado mais de 100 vezes numa





Câmara dos Deputados Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

audiência de custódia. Não é que um narcotraficante com dezenas de passagens na polícia fique só 2 anos em regime fechado antes de voltar para comandar a sua narcomilicia.

O problema da segurança pública brasileira não é que a polícia prende mal. O problema é que estamos sendo governados por amigos de bandidos. O problema é que elegemos um corrupto que ocupou o Estado como as facções estão ocupando o território nacional.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 24 de março de 2025.

CAPITÃO ALBERTO NETO

Deputado Federal / PL-AM



